

Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense

Rafael Benevides de Sousa

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Xinguara, Pará, Brasil.
e-mail: benevidessousa@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo compreender o processo de campesinização e as ações de resistências engendradas por camponeses contra o avanço do agronegócio do dendê na Amazônia. As reflexões aqui trazidas são resultado de uma pesquisa realizada em oito comunidades camponesas nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, no nordeste paraense. A partir da história oral dos camponeses entrevistados, buscamos realizar um debate acerca dos elementos que resultam em processos de expropriação camponesa da terra, mas que contraditoriamente, permitam a realização de mecanismos para esses camponeses continuarem a viver no campo e de serem donos dos meios de produção. A técnica de pesquisa adotada foi realizada em base qualitativa, por entendermos ser uma abordagem que nos possibilite perceber as singularidades de enfrentamento desse campesinato no espaço agrário amazônico paraense. Desse modo, pensamos com esse trabalho contribuir com as discussões acerca das implicações geradas pelo binômio latifúndio-agronegócio sobre as populações camponesas, entendendo o movimento de campesinização e de resistência à expansão do dendê no nordeste do Pará.

Palavras chaves: Campesinato; campesinização; resistências; agronegócio do dendê; nordeste paraense.

Peasantry and resistance to palm oil agribusiness in the Northeast of Pará State, in Brazil

Abstract

This article aims to understand the process of peasinization and the actions of resistances engendered by peasants against the advance of the agribusiness of palm oil in the Amazon Brazilian Region. The reflections brought here are the result of a survey carried out in eight peasant communities in the municipalities of Acará, Bujaru and Concórdia do Pará, in Northeast of Pará State. From the oral history of the peasants interviewed, we seek to hold a discuss about the elements that result in peasant expropriation processes of the land, but that, in a contradictory manner, allow the realization of mechanisms for these peasants to continue living in the countryside and to own the means of production. The adopted research technique was carried out on a qualitative basis, since we understand it to be an approach that allows us to perceive the singularities of confrontation of this peasantry in the Amazonian agrarian space of Pará State. Thus, we think this work will contribute to the discussions about the implications generated by the latifúndio-agribusiness binomial on peasant populations, understanding the movement of peasinization and resistance to palm oil expansion in Northeastern Pará in Brazil.

Key words: Peasantry; peasinization; resistance; palm oil agribusiness; Northeast of Para State.

Campesinización y resistencias al agronegocio del dendê en el Nordeste del Estado del Pará, en Brasil

Resumen

Este artículo tiene por objetivo comprender el proceso de campesinización y las acciones de resistencias engendradas por campesinos contra el avance del agronegocio del dendê en la Amazonia Brasileña. Las reflexiones aquí traídas son el resultado de una encuesta realizada en ocho comunidades campesinas en los municipios de Acará, Bujaru y Concórdia do Pará, en el Nordeste del Estado del Pará. A partir de la historia oral de los campesinos entrevistados, buscamos realizar una discusión acerca de los elementos que resultan en procesos de expropiación campesina de la tierra, pero que contradictoriamente, permitan la realización de mecanismos para que estos campesinos continúen viviendo en el campo y de ser dueños de los medios de producción. La técnica de investigación adoptada fue realizada en base cualitativa, por entender que es un abordaje que nos posibilite percibir las singularidades de enfrentamiento de ese campesinado en el espacio agrario amazónico local. De ese modo, pensamos con ese trabajo contribuir con las discusiones acerca de las implicaciones generadas por el binomio latifundio-agronegocio sobre las poblaciones campesinas, entendiendo el movimiento de campesinización y de resistencia a la expansión del dendê en el Nordeste del Estado del Pará in Brasil.

Palabras claves: Campesinado; campesinización; resistencias; agronegocios del dendê; Nordeste del Estado del Pará.

Introdução

Ele comprou uma terra lá do ramal de Santana, vários lotes de terra, foi comprando, foi comprando. Ele comprou lá do ramal de Santana com os fundos aqui nessa estrada. O culpado disso foi um parente do meu pai, venderam as terras lá, foi vendendo. Aí, ele planejou fazer um quadro de terra muito grande. Aí, aqui tinha um gerente dele, morava lá onde o Cristiano de Abreu mora, era o Braziliano Albernaz da Costa, era o gerente que ia fazer linha de Santana pra cá. Aí o pessoal do Cravo levantaram: não senhor, o senhor comprou lá de Santana, mas o terreno dele não chega aqui na PA 140, o senhor vai tirar 5 quilometro que é o terreno que o senhor comprou. Só sei que quando ele chegou na Vila do Cravo, meu amigo, tinha um pedaço de gente esperando ele. Desde gente lá de Castanhalzinho foi gente se reunir e esperar o Luciano. Vamos esperar Luciano que ele não tira, a gente vira o carro dele e não tem conversa. Aí ficou um monte de gente na ponte do Cravo e outra gente aqui esperando, por onde ele passar pra ir pro Cravo, nós fecha, nós fecha aqui e vocês fecham lá. Ah meu amigo, foi coisa feia. Aí, ele passou, quando ele chegou na Vila do Cravo, eles fecharam o carro dele, você só via aqui vulto de gente. Como é seu Luciano, o senhor comprou esse terreno lá no ramal de Santana e agora o senhor quer fazer fundo, limite com a PA 140? Não, é que eu tinha direito, eu comprei e paguei. O senhor pode tirar um quilometro, mas aqui não chega um quilometro, um quilometro são mil metro, mas de jeito nenhum. Aí começou a puxar pecheira, caboclo puxando a espingarda. Ele disse: não, não, ele falava igual um padre, ele disse: não pessoal, eu vou mudar o meu plano, aí eles liberaram e ele voltou. Sabe o que ele fez? Ele planejou, olha o que é um cara sabido, que sabe trabalhar com advogado. Ele foi pra Belém, chegou lá, ele falou pro advogado: olha, eu comprei um terreno em Bujaru, um lugar assim e tal e, tem duas estradas, uma que entra dentro no ramal de Santana, matriz de Bujaru, e outra que via pra Concórdia. Aí queria limitar as duas estradas. Aí os advogados disseram, seu Luciano, não dá, mas vou lhe dar um parecer pra não perder nada. O senhor sai bonitinho, sem ofender ninguém, não tem cidadão lá, filho do lugar pra comprar essa sua terra? Aí ele ficou pensando, foi vendido pro Miguel, o prefeito. O Miguel comprou, ainda fez um lenga lenga com o pessoal de São Judas, mas aí conversa dali, conversa acolá, entraram em acordo. E o Miguel ficou com essa terra (Milton Nascimento, comunidade Km 35, Concórdia do Pará, 12 de abril de 2017).

O depoimento que abre esta introdução sintetiza parte dos conflitos agrários emergidos na Amazônia, nos últimos 70 anos, envolvendo camponeses e fazendeiros-

agronegociantes. A partir dessa fala, observamos os conflitos envolvendo a grilagem de terra e a expropriação de camponeses de suas respectivas propriedades que, por vezes, é marcada pela violência física e morte. Esses conflitos no campo são resultado do processo de modernização engendrado pelo Estado brasileiro, na perspectiva desenvolvimentista, e da expansão de relações capitalistas de produção que, por sua vez, acaba por criar uma maior vulnerabilidade das populações agrárias.

Como fica evidente na entrevista, a resistência dos camponeses em não aceitar o avanço da cerca do fazendeiro fez com que as famílias camponesas ganhassem a garantia de permanência na terra, no qual ainda vivem até os dias atuais. Destacamos, no depoimento, os laços de solidariedade entre as famílias de comunidades rurais vizinhas, que se juntam para reivindicar e lutar pelo direito do outro camponês, do compadre, do amigo. Esses laços de reciprocidade reforçam os mecanismos de resistência do homem e da mulher do campo, que encontram nas relações de vizinhança a sua extensão familiar.

Situações como essas marcam a resistência camponesa na Amazônia que vão ao *front* na luta pela terra e pelo direito de viver no campo. Desse modo, partimos de referenciais teóricos que entendem que da mesma forma que as relações capitalistas de produção se expandem no campo, também geram mecanismo e estratégias de resistências que permitem a existência de um processo de campesinização.

Nesse artigo, o leitor vai observar diversos depoimentos que, assim como a fala de Milton Nascimento, sinalizam para processos de expropriação camponesa da terra diante das novas ações do capitalismo no campo. Contudo, ao mesmo tempo, apresentamos como esses camponeses se articulam em busca do desejo de continuar a fazer do campo, um território de vida e de trabalho, onde a resistência é o que movimenta o processo que aqui delineamos de campesinização.

Tendo nos trabalhos de Martins (1980) e Oliveira (1991) a fundamentação teórica-metodológica de nossa pesquisa, buscamos neste texto compreender a expansão do agronegócio do dendê no nordeste paraense, entendendo a existência de um processo de campesinização e resistência à essa agricultura capitalista. Além do mercado de terra que se abre com a dilatação dos campos da oleaginosa, a partir das políticas voltadas para a produção de agrocombustível, iniciados em 2005, encontramos em campo famílias que resistiram à venda da propriedade, outros que venderam suas terras e compraram outras em comunidades próximas ou adquiriram pequenos sítios à beira da estrada, praticando o que Martins (1980) denomina de “traição às leis do capital”. Portanto, é por meio dessa trajetória social do campesinato e de suas relações originárias desse processo que pretendemos apreender os processos de campesinização e resistência.

Entendemos a campesinização como a arte da territorialização camponesa, engendrando mecanismos de dominação e apropriação do espaço por intermédio dos

elementos específicos a cada territorialidade camponesa, seja étnico-racial, seja pelo meio social e ambiental em que está inserido. Assim, a campesinização se dá por meio das estratégias de sobrevivência para alcançar os objetivos de reprodução social da família, garantindo a posse da terra e dos meios de produção, tendo no trabalho familiar a composição que particulariza o território camponês na sociedade capitalista. Logo, o território camponês é orquestrado por permanências e mudanças, criações e recriações constantes, ressignificando o território que se posiciona em resistência à expropriação.

As reflexões e os apontamento que trazemos nesse artigo partem de uma pesquisa realizada entre 2016 e 2017, em oito comunidades camponesas, nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, situados no nordeste paraense. Na região em estudo, observa-se um dos polos produtivos da Biopalma¹, uma das principais empresas do agronegócio do dendê no Pará.

A pesquisa desenvolveu-se por meio de técnicas quantitativas e qualitativas de análise espacial, contudo, neste trabalho escolhemos trazer a abordagem qualitativa, realizando nossas considerações a partir da oralidade dos camponeses entrevistados em campo².

Como o leitor observará, privilegamos as falas dos camponeses, por entendermos que as situações aqui tratadas podem ser melhor entendidas a partir da história oral desses sujeitos sociais, que se encontram subalternos dentro dos projetos de desenvolvimento proposto pelo Estado.

Desse modo, pensamos com esse trabalho contribuir com as discussões acerca das implicações geradas pelo binômio latifúndio-agronegócio sobre as populações camponesas, entendendo o movimento de campesinização e de resistência à expansão do dendê no nordeste paraense.

O avanço do agronegócio do dendê sobre o território camponês

A produção do espaço amazônico, por meio do processo de colonização, é modelada a partir de fatores econômicos externos aos anseios e às necessidades de sua população original ou mesmo de pessoas e/ou famílias que migram para esta parte do Brasil em busca de terra e trabalho. A inclusão das populações campesinas nos projetos de desenvolvimento tem sido orquestrada pela exclusão social, que se efetiva por meio da violência e da expropriação dos meios de produção e da vida.

¹Até 2016, a Biopalma estava territorializada no estado do Pará por meio de quatro polos produtivos: Polo Acará, Polo Concórdia, Polo Moju e Polo Tomé Açu – estes distribuídos entre as regiões do Vale do Acará e do Baixo Tocantins, adquirindo terras nos municípios de Abaetetuba, Acará, Bujaru, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu.

² Apesar de os camponeses e camponesas terem permitido as gravações das entrevistas e suas respectivas transcrições para a redação deste trabalho, optamos por trocar os nomes verdadeiros por nomes fictícios dos depoentes, preservando, assim, o nome dessas famílias camponesas.

A pesquisa aqui apresentada tem apontado, no nordeste paraense, sob a ótica do agronegócio do dendê, a conformação territorial do binômio latifúndio-agronegócio da palma de origem africana, atividade que vem repetindo as velhas formas de violência e expropriação camponesa (MACEDO; SOUSA, 2016). Essa expropriação, ocorrida nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, resulta da formação territorial dos campos da palma de óleo concentrados em grandes extensões de terra, transformando terras ociosas (fazendas de gado sem gado) e terras de trabalho camponês em terras do agronegócio.

Dentre as comunidades pesquisadas, as que mais ficaram aprisionadas pela oleaginosa foram: Conceição do Guajará, Mariquita, Castanhalzinho e Peixe. No caso da comunidade de Conceição do Guajará, houve a desterritorialização material e simbólica do patrimônio da comunidade a qual, na organização camponesa local, é estruturada pela figura da Igreja Católica, do centro comunitário, do campo de futebol e da escola pública. Dentre as localidades pesquisadas, a única que não possui uma estrutura de vizinhança próxima é a da Conceição do Guajará, na qual os moradores vivem em núcleos familiares extensos ao longo de uma vicinal ligada à PA 140.

Na fotografia 01, demonstramos o patrimônio da comunidade de Conceição do Guajará – Bujaru/PA totalmente cercado pela palma do dendê, não possibilitando mais o encontro entre as famílias camponesas. Estando, de certa forma, o patrimônio desativado.

Fotografia 01: Patrimônio da comunidade Conceição do Guajará-Bujaru/PA, em 2016.



Fonte: Diário de campo, 2016.

Atualmente, os sinos da Igreja Católica não se dobram mais para o chamado aos cultos e às celebrações, pois o prédio está totalmente tomado por mato e cercado pelo

dendê; fazendo com que cultos e celebrações sejam realizados em outro lugar. O mesmo acontece com a escola, que foi desativada. A pesquisa demonstrou que a formação das comunidades rurais dos municípios em estudo tem na ida à igreja a sua principal referência de encontro. É no local da igreja que são realizadas as celebrações, mas também onde se estabelecem as questões políticas, o lazer e a sociabilidade dos camponeses. A religiosidade, portanto, é um dos principais elementos de unidade do pensamento comunitário.

A disputa pelo território engendrada a partir do dendê não tem acometido apenas com a população camponesa em si, mas também com os símbolos e as tradições que fazem parte da territorialidade desse modo de vida. No caso de Conceição do Guajará, é explícita a disputa territorial entre o sagrado e o capital, em que, além do cercamento das propriedades camponesas, há a desarticulação do lugar de encontro mais importante para as famílias, o templo religioso.

Esse vínculo simbólico-cultural e as relações produtivas conduzem à formação territorial da comunidade camponesa, constituída por meio da terra, do trabalho, da família e da religiosidade, os quais são elementos fundantes do território camponês. A comunidade, enquanto base material e imaterial, constitui-se a partir da multidimensionalidade de práticas e relações que são encontradas na comunidade-território, por meio da interação entre as famílias camponesas e os elementos que competem para as suas reproduções sociais e culturais.

Nesse sentido, o sagrado pode ser compreendido tendo em vista o cotidiano familiar, ou seja, pelo que é próximo à vida em comunidade. E é nesse ambiente que se praticam as tradições e os rituais que simbolizam e circunscrevem a trajetória familiar. Por outro lado, a atividade com o dendê representa a produção de óleo de palma dentro da esfera neoliberal da globalização, para a qual a capitalização e a monetarização da terra são vistas como um mecanismo de reprodução capitalista do capital (MARTINS, 1995). A terra é aprisionada pelo agronegócio como uma reserva de valor e ampliação de capital. Em contrapartida, para a família camponesa, a terra é o sagrado, é de onde se obtém o alimento e a renda que sustenta a unidade doméstica.

Compreendemos que a igreja não se constitui apenas enquanto um espaço material dos encontros religiosos ou mesmo como uma instituição católica ou protestante, mas compõe um valor simbólico-cultural que se concretiza na divinização do sagrado. Isso se materializa na vida camponesa pelas memórias e tradições que são reproduzidas nos territórios sagrados. O batizado, a primeira eucaristia, o casamento, as celebrações e festas de santo são eventos religiosos que dão sentido à vida em comunidade e que se opõem aos momentos cotidianos de trabalho e ao sistema dominante capitalista.

A oposição entre o sagrado e o capital em áreas rurais Sul-americanas é vista por Taussig (2010, p. 37) como “a imagem de Deus ou de espíritos naturais da fertilidade [que] dominam o *ethos* do trabalho no modo de produção camponesa, o diabo e o mal caracterizam a metafísica do modo de produção capitalista.” Nesse sentido, o dualismo entre Deus e diabo é materializado entre os territórios sagrados e os territórios capitalistas, visto na disputa territorial entre o patrimônio da comunidade e o agronegócio do dendê.

A desarticulação do ponto de convergência da comunidade pode, ocasionalmente, desarticular a organização das famílias camponesas que têm na igreja o lugar dos encontros, seja nos cultos semanais, seja em reuniões para discutir assuntos relacionados à comunidade.

A partir dos depoimentos dos moradores de Conceição do Guajará, compreendemos que o aprisionamento da terra na comunidade ocorreu em dois momentos distintos, mas que se complementam pela adaptação territorial do agronegócio do dendê na região. O primeiro momento aconteceu quando fazendeiros e políticos locais, gradativamente, foram comprando terras de famílias camponesas e, com isso, estendendo suas fazendas. O segundo momento caracterizou-se pela comercialização direta das terras entre camponeses e a empresa Biopalma.

Quando eu me casei morava ali naquela vila, já não é mais vila porque desmancharam tudo, tinha uma igreja, um colégio. Aí nós morava ali, aí depois eu me casei e o meu marido comprou esse terreno aqui. Ainda fiquei morando lá perto com mamãe, ali pertinho, mas depois que eles morreram eu vim mim bora pra cá (Antônia Cordeiro, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 16 de maio de 2016).

Na tentativa de entender a trajetória social das famílias da comunidade de Conceição do Guajará, descobrimos que onde hoje está o patrimônio sob o domínio da empresa (Ver fotografia 01) já existiu uma vila de moradores que, gradativamente, foi migrando para outros lugares. Essa migração teve início, num primeiro momento, não como um fenômeno da intervenção do cultivo do dendê na comunidade, mas estava atrelada ao processo de êxodo rural das décadas de 1970 e 1980. Contudo, a partir do ano 2000, intensificou-se a expropriação camponesa na comunidade, ocasionando, conseqüentemente, a migração.

Eu não lembro, mas era muita família, muita mesmo, muita família nessa comunidade aqui. Tinha perto de 100 famílias e agora temo parece com 17 famílias. Era muita gente aqui. A maior parte do povo daqui foram embora logo quando começou a Belém-Brasília. Aí foi saindo muito daqui, mas aí, ainda ficou um bocado. Depois foi saindo um bocado, uns foram pra Concórdia, outros pra Santa Isabel, outros pra Belém. E o pior que tem muitos desses que saíram daqui que não se deram bem não. Então, antes tinha mais casa, mas era quase do mesmo jeito. Era por exemplo, aqui tinha duas casa, agora continua as duas, três que tem uma ali abandonada.

Agora, aonde era a vila, ali tinha mais casa na época, na vila da Conceição quando eu conheci era grande demais. Agora isso mudou muita coisa, ficou um pouco difícil porque quando era fazenda tinha mais pessoas, mas aí com o negócio do dendê saiu mais gente daí, venderam já pra empresa. Tinha um morador pra li, tinha o Davi aqui também. O Davi vendeu pro Emano. Já um vizinho que tinha pra ali vendeu pra empresa, terreno dele grande. Terrenão bonito aqui era aquele do Zé Eude que mora lá no seis, o terreno dele era quase 3 lotes. Tinha umas 4 tarefas de pasto, já tinha gado, tinha cocal, pimental, cacaua, tinha uma casa linda acolá e vendeu pra comprar um lote e se deu mal lá. Um dia desse até assaltaram ele lá, o cara trabalhador que só (João da Cruz, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 13 de maio de 2016).

O fluxo emigratório de Conceição do Guajará acompanha o intenso êxodo rural que aconteceu no Brasil, nas últimas décadas do século XX, levando ao inchaço das periferias das grandes cidades. No caso de Belém, existem estudos que evidenciam essa corrente migratória para os bairros periféricos da cidade, aumentando de forma desordenada o crescimento urbano da capital paraense.

Por entre as comunidades pesquisadas, observamos essa contextualização histórica. Contudo, ao pensar a trajetória desses camponeses, notamos que, além de existir esse esvaziamento das comunidades em direção à cidade, há, por outro lado, a formação de outras comunidades ao longo da PA 140, como é o exemplo de Nova Esperança, que é formada por famílias de origem de outros municípios paraense, também dentro das correntes migratórias da década de 1970.

Voltando à fala de João da Cruz, percebemos que as famílias que resistiram à expropriação, via o avanço do dendê, foram as que já moravam fora do patrimônio da comunidade e, por isso, não se sentiram pressionadas pelo cercamento do lugar sagrado, mantendo as relações de antes na unidade familiar.

Esse processo aí houve no princípio, eles quiseram fazer uma negociação, assim de notícia, o chefe não vinha, mandava outros, os peões dizer que se o pessoal aceitarem, eles faziam outra igreja pra tirar aquela de lá e colocar no outro canto. Eu ainda participei de uma reunião, aí os mais antigo, as lideranças da comunidade não aceitaram porque já tinha muitos anos, além da Igreja construída lá, eles acharam que isso podia ser até um patrimônio histórico, a Igreja lá. Aí conclusão, não foi feito nem acordo, também eles não vieram sentar pra conversar com a comunidade e nem a comunidade procurou eles. Aí depois que eles plantaram tudinho, lá ficou isolado no meio do dendê. Aí começou o pessoal saquear lá, tudo o que tinha, era fio, arame, o que era utilizado né, na igreja o pessoal arrambavam e ia levando, a porta e tudo mais. Aí depois até o transformador de lá roubaram. Aí foram correr atrás, mas aí já não tinha interesse pra eles né, até hoje tamo correndo atrás disso, mas já caiu por terra. Aí já vieram comigo a pouco dias, conversaram pra mim doar um lugar pra construir. Agora tem só um barracão ali. Aí pra mim doar esse terreno pra fazerem a Igreja. Eu disse, pode escolherem a área que vocês quiserem, tiverem e vai fazendo, esse projeto tá assim né. Tá no papel ainda (José da Silva, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 12 de maio de 2016).

Analisando esse depoimento, compreendemos que a disputa territorial engendrada pelo dendê criou uma vulnerabilidade do território ante um movimento de violência, roubos e assaltos por entre a comunidade. Com o crescimento das palmas e da criminalidade, a manutenção do patrimônio da comunidade tornou-se difícil, principalmente por não haver mais moradores próximos à igreja, dificultando a vigilância e o cuidado com o bem coletivo.

A ação da empresa com o cercamento do sagrado ocasionou o distanciamento e a desmaterialização dos atos simbólicos praticados no interior do patrimônio religioso. As lideranças mais antigas possuíam um sentimento de pertencimento ao lugar santo que corroborava com uma convivialidade e ancestralidade, as quais não queriam ter perdido com o território sagrado, atualmente destruído pela monocultura do dendê. A disputa pelo território está presente tanto nos aspectos naturais (terra, água e floresta) como também nos aspectos simbólico-culturais que fazem parte da territorialidade camponesa e por onde a tradição é vivenciada, transmitida e apreendida pelas novas gerações.

O patrimônio, enquanto uma referência da comunidade, foi se perdendo, ao passo que a palma africana foi crescendo e a vegetação da oleaginosa tornando-se predominante na paisagem. Isso corroborou também para a perda da identidade com esse lugar, havendo um estranhamento da palma como um único horizonte nos momentos sagrados.

Essa disputa entre o agronegócio e o sagrado remete a diferentes mecanismos pelos quais o capital toma frente sobre as comunidades camponesas, não caracterizando, necessariamente, um confronto de violência no processo de expropriação, mas cerceando de forma silenciosa, pela imposição de sua presença sobre as populações agrárias.

Escobar (2015), em seus estudos territoriais na Colômbia, menciona o processo de deslocamento das populações agrárias imersas nos megaprojetos de desenvolvimento e atividades extrativistas, incluindo a mineração e os agrocombustíveis por meio do cultivo da palmeira africana. O autor chama a atenção para o fato de a expansão da palma levar à perda da autonomia territorial por parte das comunidades camponesas, em razão da pressão feita pelas empresas de óleo de palma sobre os territórios camponeses. Isso tem originado processos de desterritorialização pela invasão dos territórios das comunidades ou, em alguns casos, envolvendo-os e confinando-os (ESCOBAR, 2015, p. 99). Tal processo tem se evidenciado por algumas comunidades camponesas, a partir da chegada do agronegócio do dendê nos municípios em que realizamos nosso estudo.

Desse modo, a acumulação por espoliação, delineada por Harvey (2014), não apenas expropria o camponês da terra, mas tenta retirar também seus costumes, tradições e crenças, o que particularizou a conformação do modo de vida específica, as territorialidades e territórios. Contudo, expropriados da terra, mas não do seu modo de vida, esses camponeses buscam reconstruir seus territórios, constituindo uma campesinização contrária à espoliação do capital em um movimento constante de resistência.

Os camponeses de Conceição do Guajará, após a perda do patrimônio da comunidade, estão reconstruindo outro lugar de sociabilidade para reuniões e encontros litúrgicos. O centro comunitário, reproduz e reafirma a estratégia camponesa nessa comunidade, mostrando a resiliência desses camponeses frente às adversidades provocadas pela expropriação. A reconstrução do sagrado mostra que o capital não venceu a disputa pelo território, pelo contrário, manifesta as estratégias de resistência que esse campesinato inventa para se manter e se recriar a partir de ações em seu território.

Expropriação, violência e a campesinização por entre os campos do dendê

Por entre a monocultura do dendê, nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, foram abertas diversas vicinais para o escoamento dos cachos da oleaginosa. Em razão dos varadouros, foi possível ter maior acesso às comunidades, facilitando a mobilidade dos moradores, em contrapartida, possibilitando a entrada de pessoas estranhas nesses territórios, contribuindo para a vulnerabilidade territorial dessas comunidades e imprimindo um novo ritmo na vida cotidiana das famílias.

Em campo, a partir de depoimentos de camponeses, ficou evidente que, com a abertura das vicinais, as comunidades passaram a ser um território inseguro e de fácil acesso a assaltantes, que viam nas pequenas estradas a possibilidade de fuga fácil por entre as vicinais de conexão das quadras do dendê.

A questão da violência tem se tornado uma prática constante nesses territórios em disputa. Durante a pesquisa, ouvimos vários relatos de assaltos e roubos nas propriedades camponesas, nos ramais de acesso às comunidades e na PA 140. Dentre os tipos, os mais comuns são o furto da compra do mês, da renda mensal, roubo de motocicletas, entre outros utensílios.

O início desse movimento de violência é marcado no tempo após a chegada do dendê na região que, indiretamente, possibilitou o tráfego de pessoas consideradas “estranhas” pelas famílias das comunidades. As falas remetem ao fato de que o progresso prometido com a chegada da oleaginosa seguiu outros trilhos, como o da entrada de drogas e o da violência, que hoje impõe medo às famílias da região.

Mudou muita coisa porque o que nós não tinha aqui, agora a gente tem. Pra mim, na minha opinião, tem coisa que é por causa da empresa sim, porque aqui, no tempo que isso só era mata, aqui só tinha esse ramal que entra lá no 29 e vinha direto até lá, uma casa que é do sargento que morava aí na mata. Aí não tinha varador por tudo que é canto. Se tu entrar lá no 29, se tu não quiser ir direto, tu pode entrar naquele ali que tu vara lá no 35, se tu não quiser vara lá no 37. Tudo aberto depois da empresa. Aí sim, depois desses ramais aí que abriram, ele trouxe muito conflito pra gente que é a bandidagem hoje. Eles têm por onde entrar e por onde sair e antes não era assim. Mês passado vieram buscar uma moto na porta daquela casa ali, do

meu filho, levaram a moto dele. Ele saiu aí nesse ramal que entra aí. Pode ir embora que vara lá no 51, aí do 51 se tu não quiser ir, tu vai embora e vara lá pra cidade do Acará. Isso tudo por dentro do dendê. Tem ramal aí que pode andar até avião de bonito, só o nosso do 29 que é desse jeito, mas o deles aí. Aí o bandido tem como correr frouxo aí, um ramal bonito, estrada bonita (Maria da Graça, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 17 de maio de 2016).

O depoimento de Maria da Graça mostra a exposição em que vivem as comunidades rurais de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará frente às viciniais abertas para o escoamento da produção da Biopalma. Nessa lógica, a perspectiva que se faz de modernização do campo acarreta uma pulverização não apenas de agrotóxicos, mas também violência sobre a vida camponesa. Há, portanto, nesses territórios em disputa, a acumulação de capital, de um lado, e, de outro, a acumulação de problemas e a consequente fragilização territorial diante às influências externas.

A homogeneização da paisagem pela monocultura do dendê dificulta pontos de referência, transformando as viciniais de acesso às comunidades num labirinto, com diversas saídas para as rodovias que cortam os três municípios. Ao invés de facilitar a mobilidade da população do entorno, a abertura de estradas menores tem gerado violência e aumentando o sentimento de insegurança na terra de morada e de trabalho.

Durante a pesquisa, observamos a trajetória de uma família camponesa da comunidade quilombola Castanhalzinho, que foi obrigada a sair de sua terra e a mudar para a vila da comunidade, após a chegada do dendê, em razão de sua propriedade ficar isolada dentro dos canteiros da oleaginosa e também em função da violência que a família passou a sofrer diariamente. Sobre tal situação, Ivone Silva nos relata:

o terreno do seu João tá preso lá, no meio do dendê. Eles vieram embora de lá, tão aqui na vila, porque os bandidos colocaram eles pra correr de lá. Todo dia eles davam uma surra neles e comia a comida deles tudinho. Dois velhos, aí eles acharam que tinham que abandonar o terreno.

Esse depoimento demonstra o cercamento das propriedades camponesas que, além de estarem isoladas, ficam vulneráveis a todo tipo de violência. O depoimento a seguir, de Otavio Borges, complementa a fala anterior:

Nós morava num terreno que ficou aí dentro da firma. Aí, logo quando começou eles quiseram fazer negócio ainda. Mas não é só nosso, é de herança da minha mãe sabe. Aí não quiseram vender. Agora parece que eles não tão mais comprando, o pessoal fala que eles pararam de comprar. Aí nós tinha interesse de vender que tá preso lá. Lá só o meu irmão que ainda faz roça por lá, eu mesmo comprei um pedaço de terra aqui, não chega nem um lote, só vinte tarefa³. Aí como só é eu e meu filho que mora aqui na frente, tá dando pra gente. Papai comprou mais uma tarefa ali que

³ Um lote de terra corresponde a uma área de 25 hectare, na concepção camponesa local um lote corresponde a 60 tarefas de terra.

roubavam ele direto lá. Aí nós viemo pra cá porque o terreno ficou lá dentro e os meninos precisavam estudar. O ramal você precisa vê como é que tá. Aí ficava difícil pra vim pra cá pegar o ônibus. Aqui o ônibus passa na porta e lá não, era tudo difícil. Aí comprei esse pedacinho aqui. O meu pai veio embora de lá com meu irmão porque os bandidos começaram a cercar eles lá, malvadava deles lá. Aí ele comprou uma tarefa ali. Aí o meu irmão que ainda tem um pimental lá. Lá os vizinhos venderam tudo a terra, só nós que ficamos numa ilha lá (Otavio Borges, comunidade Castanhalzinho, Concórdia do Pará, 17 de janeiro de 2017).

A fala de Otavio Borges nos faz compreender a r-existência camponesa em não querer comercializar a propriedade da terra num primeiro momento, conseguindo manter os meios de produção (terra e trabalho). No entanto, ao passo que o território capitalista avança no espaço agrário, ele tende a pressionar cada vez mais a propriedade camponesa. No caso da família de Otavio Borges, observamos que ficaram isolados no meio do dendê, tendo dificuldades com transporte, ramal precário e a violência.

Nesse processo, a migração parece ser o caminho inevitável, como a que ocorreu com essa família camponesa. Notamos, contudo, que a migração ocorre concomitantemente à reterritorialização da família, garantindo a posse da terra em outro espaço. A busca da família de Otavio Borges por morada em outro lugar não estava relacionada somente à pressão do dendê sobre o território, mas também às situações geradas a partir do cercamento, como precarização do ramal e a violência que a família vinha sofrendo esporadicamente.

A terra onde a família atualmente está trabalhando corresponde a um quarto da propriedade presa entre os campos da oleaginosa, que se encontra inutilizada. Observamos que o cerco do agronegócio exilou essa família da terra e dos seus meios de produção, comprometendo a reprodução social do núcleo doméstico e ocasionando na perda afetiva com lugar, hoje cercado pela palma.

O cercamento das propriedades camponesas pelos canteiros da oleaginosa tem se revelado em uma das circunstâncias que acarreta na comercialização da terra. Porém, mesmo expropriada da terra, a família camponesa consegue engendrar mecanismos para garantir os meios de produção, territorializando-se novamente e assegurando os meios de sobrevivência.

É como se os camponeses continuamente tivessem de enfrentar a tragédia das mudanças, vendo tudo se fechando ao seu redor, tendo de descobrir o caminho para passar para o outro lado e reconstruir a vida. Essa travessia, experimentada por tantos grupos camponeses na história brasileira, se traduz na busca num caminho que está quase sempre no horizonte, onde terra e céu se encontram, e muitas vezes não se separam, nos olhos daqueles que vêem e que crêem (OLIVEIRA, 2001, p. 43).

Em Oliveira (2001), entendemos que o tempo de travessia que os camponeses experimentam na sua trajetória de vida permite a sua recriação enquanto classe social e

modo de vida na sociedade capitalista. Com isso, a propriedade da terra torna-se indispensável para a reconstrução do território camponês que resiste no espaço agrário pelas fissuras dos territórios capitalistas. A exemplo disso, vimos a família de Otavio Borges que, ao abandonar a propriedade da terra, cercada pelo dendê e vulnerável a situações de violência, automaticamente, comprou outra terra para viver com seus familiares.

O cercamento das propriedades e comunidades camponesa pela Biopalma, no polo de Concórdia do Pará, teve início a partir de um intenso processo de comercialização de terra. Contudo, esse negócio não começou com a instalação da empresa diretamente, havia uma mercantilização antes da chegada da oleaginosa.

Eles venderam pro Emano. Na época o Emano comprou essas terras aí deles pra fazer campo, criar gado. Aí o Emano vendeu pra Biovale. Esse outro lado aqui era do Miguel, Miguel Bernardo, ele vendeu pra Biopalma, ele comprou de moradores, um bucado de moradores daí. Por isso que o pessoal venderam pra eles né, aí foi ficando pouca gente. O Emano comprou de muita gente aqui. Quando ele vendeu pra Biopalma só tinha aquela casa do seu Jafé ali. Muitos ficaram por aí, teve um que mora lá no 22. O Bené que morava lá do outro lado, vendeu pro Miguel (Antônia Cordeiro, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 16 de maio de 2016).

Primeiro veio os fazendeiros. O primeiro foi o Emano, isso aí tudo era do Emano. Me lembro duma parte do finado Zé Cabeça que vendeu pro Emano. Daí o Emano vendeu pra Biopalma. Ali onde era a igreja era do Sargento Lucas, que também vendeu pro Emano. Aí o Emano continuou a comprar, ele comprou e depois vendeu pra Biopalma (Adriano Santana, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 17 de maio de 2016).

As pessoas citadas nos depoimentos são ex-prefeitos do município de Bujaru. Além desses políticos, alguns fazendeiros também desempenharam papel de atravessadores na compra e venda nesse mercado de terra. Os depoimentos acima correspondem ao exposto por outros autores no que tange à mercantilização da terra que ocorre nos municípios em que o dendê se expande.

Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando imóveis rurais potencialmente qualificados para dendeicultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia (NAHUM; BASTOS, 2014, p. 45).

Nahum e Bastos (2014) apresentam alguns dos atores que atuaram como atravessadores dentro do mercado de terra estabelecido no início dos empreendimentos do agronegócio do dendê. Notoriamente, as empresas produtoras da oleaginosa não se territorializaram na compra direta das pequenas propriedades, mas constituíram sua área de produção, primeiramente, das fazendas que já haviam rematado as terras dos agricultores

camponeses. Contudo, as empresas produtoras do dendê também entraram no mercado de terras, comprando propriedades camponesas que ficaram confinantes aos canteiros da oleaginosa. Para Hébette e Marin (2004, p. 125), “uma vez introduzida no circuito da apropriação privada, a terra nunca mais volta para o pequeno proprietário. Ela é objeto de especulação desenfreada na qual se enriquecem vendedores, compradores e intermediários.”

Desse modo, podemos compreender que a expansão do agronegócio do dendê sobre as terras tradicionalmente ocupadas inicia pela concentração fundiária que é orquestrada estrategicamente por indivíduos capitalizados que atuam como atravessadores da propriedade da terra. No segundo momento, chegam as empresas de cultivo da oleaginosa, engendrando a territorialização do capital, erguendo, num único território, uma produção agrícola e industrial no cultivo, extraíndo e produzindo óleo de palma. Nesse processo, entende-se que,

A expropriação é uma caracterização essencial do processo de crescimento do capitalismo e um componente da lógica de reprodução do capital. Houve uma clara concentração da propriedade fundiária. Os trabalhadores e suas famílias perderam ou deixaram seu principal instrumento de trabalho, a terra (por meios violentos, explícitos ou não), em favor do grande fazendeiro (SIMONETTI, 1999, p. 41).

No contexto da concentração da terra via o agronegócio do dendê, observamos que a expropriação camponesa não se dá necessariamente em confrontos de violência física, efetivando-se por meio do diálogo comercial entre as elites locais e os capitais nacional e estrangeiro, que buscam a apropriação e o domínio territorial da terra. A terra, enquanto natureza capitalizada, torna-se, no século XXI, um dos bens mais importantes para a reprodução capitalista do capital, seja como reserva de valor, seja para a produção de alimento e agrocombustível.

Assim, a expropriação camponesa via agronegócio do dendê, nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, aconteceu antes da chega da Biopalma, sendo orquestrada por políticos e fazendeiros locais que compraram a terra de famílias camponesas e depois revenderam para a produtora da oleaginosa. Contudo, posteriormente, a empresa também passou a comprar terra nessa região, pressionando e confinando as propriedades camponesas, o que levou algumas famílias, que antes resistiram à venda pelos primeiros compradores, a venderem a terra para a empresa do dendê.

Verifica-se o deslocamento de capitais para os países do Sul na busca pela exploração dos recursos naturais (terra, água, minérios, etc.) cuja valorização é definida pelo setor financeiro e homologada pela Rio +20, no âmbito da economia verde, fundada em ativos dos mercados de carbono.

Por isso verificamos a corrida de corporações transnacionais e especuladores para investir na compra de terras em diferentes países do mundo, seja para garantir reservas de valor, especular com os alimentos no mercado financeiro, produzir grãos para exportação e/ou para a produção dos agrocombustíveis. Decorre deste movimento reconfigurações no uso das terras agricultáveis e a intensificação das disputas territoriais por modelos de desenvolvimento fundamentados na reprodução ampliada do capital ou na reprodução ampliada do trabalho familiar camponês (RAMOS FILHO, 2013, p. 160).

Percebemos, na citação de Ramos Filho (2013), a disputa territorial que se abre entre a reprodução ampliada do capital e a reprodução do trabalho familiar camponês dentro da perspectiva global de valorização e mercantilização dos recursos naturais, que tem ocorrido, principalmente, nos países do hemisfério sul do globo terrestre, por onde ainda se encontram as maiores reservas de terras agricultáveis e de biodiversidade.

Essa disputa territorial no interior da Amazônia, de modo particular no contexto geográfico do dendê, “se encontra alinhada às estratégias engendradas por grandes empresas para incorporar novos estoques de terra à dinâmica do mercado internacional de *commodities*, que, por sua vez, se ancora nas políticas públicas que as subsidiam e as legitimam” (SILVA et al., 2016, p. 166).

Nesse íterim, ocorre o aumento da concentração fundiária e a consequente transformação do uso da terra pelo capital estrangeiro, obedecendo aos parâmetros ambientais do capitalismo global. A apropriação territorial da terra pelo agronegócio do dendê tem se mostrado de diferentes formas, como as apresentadas por Silva et al. (2016, p. 175):

As estratégias utilizadas pelas empresas para apropriação da terra vêm ocorrendo de três formas distintas e complementares: a) aquisição de imóveis rurais, notadamente fazendas e áreas de agricultura familiar, embora o Programa vede expressamente a compra de lotes de agricultores; b) arrendamento de imóveis rurais, principalmente fazendas com pastos abandonados; c) a transferência das terras da reforma agrária mediante o sistema de “integração”.

Essas estratégias de aprisionamento da terra, anunciadas por Silva et al. (2016), são vistas na comunidade do Peixe. Com o avanço do agronegócio do dendê, essa comunidade ficou parcialmente cercada pelos canteiros da palma. Contudo, duas famílias que ficaram presas por conta da área de plantação da oleaginosa passaram a cultivar o dendê em suas respectivas propriedades.

Compreendemos, desse modo, que as famílias camponesas podem apropriar-se das “sutilezas” do capital, engendrando no seu território uma territorialidade do agronegócio (FERNANDES et al., 2014). Assim, mesmo cercados pelos campos do dendê, os camponeses criam estratégias para garantir os meios de produção e a reprodução social da família.

Abel Figueiredo, um dos camponeses que passou a cultivar o dendê, nos relata que: “depois que o dendê chegou, melhorou o ramal mais um pouco. Ele inda tá feio, mas hoje entra carro, que antes era só caminho, veredas. De primeiro a gente ia de pé daqui pra Arapiranga, a gente saía de madrugada quando era meio dia tava aqui de pé de novo.” O entrevistado reconhece que o ramal, que hoje dá acesso à comunidade, está melhor por intermédio da empresa Biopalma. Contudo, a vicinal usada para chegar à comunidade não foi construída para a mobilidade de moradores, mas para o escoamento da produção dos canteiros da oleaginosa.

A expansão do agronegócio do dendê não tem criado, nos espaços que compõem sua área produtiva, um setor tecnológico moderno e eficiente. Na comunidade do Peixe, por exemplo, contraditoriamente, encontramos duas famílias integradas à agricultura voltada para a produção de combustível. Desse modo, entendemos que a suposta modernização originária dos campos da oleaginosa está concentrada nos centros operacionais das empresas produtoras de óleo de palma. Ao passo que os agricultores passam a cultivar o dendê em suas propriedades, acende a submissão da renda da terra oriunda da monopolização do território pelo capital.

Esses mecanismos de aprisionamento e de monopolização da terra pelo capital reestruturaram as relações de acesso e da propriedade camponesa, dando continuidade à mercantilização da terra entre as relações de compra e especulação (BACKHOUSE, 2013, p.17).

Na verdade, teve uma vez uma certa reunião que a gente participou aí. O pessoal culpam muito o fazendeiro e o pessoal do dendê por essa desapropriação de terra, só que na realidade não é bem assim, porque se fosse assim, eu também não taria aqui. Isso aí foi pessoas que pensaram, poxa trabalhei tanto na terra, trabalhei tanto e não tem nada, vai ficando velho que nem eu né, eu vou vender minha terra e vou pra cidade. Isso foi o que mais aconteceu aqui. Que antes do dendê, era muito habitado aqui o local de agricultor. Aí não sei se tu chegou a conhecer um cidadão que foi embora pra Bujaru, foi delegado, Raimundo Araújo. Aí ele tinha uma área de terra aqui. Aí ele foi e vendeu pra um outro cidadão, acho que tu não conhece, foi o seu Lucas, sargento Lucas. Aí ele foi e comprou essa área do finado Raimundo Araújo aqui, tudo bem. Aí ele começou a abrir uma fazendinha aí, fraco. Aí, decorrente disso, ele começou a comprar ao redor, mas aí eu não boto a culpa no fazendeiro e nem ninguém porque quantos não chegaram aqui, inclusive depois que o Sargento vendeu pro Emano Munis a área dele aqui, ele chegou aqui com proposta de me comprar o terreno. Aí eu digo, eu vendo. O seu Lucas tinha vendido é 22 lotes por 35 mil reais e a área que papai deixou aqui era 3 lotes, 2 titulado e 1 encostado, não titulado sabe. Aí, ele chegou aqui, perguntou se eu vendia, eu disse, eu vendo, qual o tamanho da sua área? Aí eu fui e disse, e o preço? Aí na época eu disse 80 mil reais, aí ele achou graça né, ele disse, esse valor de terra não existe, eu comprei do sargento Lucas 22 lotes por 35 mil. Aí eu disse, mas foi do Sargento Lucas, eu tô lhe colocando a proposta de 80 mil a minha área aqui, mas eu não tô interessado em vender, porque aqui eu me criei, tô criando minha família. Se o senhor quiser bem, senão o senhor fica sendo meu confinante, apesar de não me prejudicar, não tem problema nenhum. E eu acredito assim, eu olho por

esse lado, se todos tivesse feito assim, nós tinha uma colônia muito bem habitada ainda com agricultor porque ninguém tinha vendido. Depois ele vendeu a fazenda e foi que veio o pessoal do dendê, aí vieram rematando o resto, comprando um lote de terra por 20 mil reais. O pessoal pensava que era muito dinheiro e foram desabitando. Aí veio acontecer isso que hoje é, poucos moradores na região, na comunidade (José da Silva, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 12 de maio de 2016).

A fala de José da Silva, mostra como se deu a travessia das terras dos camponeses até a chegada da Biopalma na comunidade de Conceição do Guajará. Além dos atravessadores (políticos e fazendeiros), a empresa também realizou a compra direta de terras de camponeses que, a cada novo canteiro da palma, viam seus territórios serem comprimidos pela longevidade da oleaginosa.

Nessa narrativa, observamos que a acumulação da terra via expropriação camponesa foi configurando-se a partir do remate das propriedades pelo limite territorial. A cada novo confinante, havia a proposta de compra e venda da terra, e os moradores, seguindo a trajetória dos vizinhos, foram deixando a propriedade e entrando no processo migratório, ou para a cidade, ou para uma nova comunidade onde existisse alguma referência familiar e de vizinhança, ou mesmo para a beira da estrada, conformando pequenos sítios rurais.

Contudo, a família de José da Silva resistiu à comercialização da terra, mantendo os meios de produção que têm garantindo o sustento familiar. Notamos a função social que a terra expressa na vida desses camponeses, caracterizando-se como um elemento norteador para a permanência da família no campo, além de ser a via por onde a família consegue, coletivamente, realizar o trabalho que se reveste na sobrevivência do grupo doméstico.

Nesse processo, a terra, mais do que um recurso de sobrevivência da família camponesa, é a garantia para a conservação do modo de vida que é transmitido sobre o chão do sítio e da roça. É praticando o trabalho na terra que se produz novos agricultores, o que torna a terra, portanto, mais do que uma herança patrimonial de pai para filho, a “escola” do saber-fazer camponês. Com isso, manter os meios de produção, além de garantir a sobrevivência da família, constitui-se como possibilidade de permanência e de modo de vida camponês.

Em paralelo à resistência camponesa, a formação do latifúndio do dendê caracteriza-se, na região pesquisada, por duas formas: a primeira, pela compra da terra de fazendeiros e políticos locais, que já tinham expropriado/desterritorializado famílias camponesas da terra; e a segunda, pela compra direta da terra dos próprios camponeses.

A expansão das plantações de palma de óleo encareceu o preço da terra e fez da especulação fundiária um negócio lucrativo. Compras de terras feitas geralmente de ex-prefeitos ou antigos latifundiários elevam o preço da terra.

Em 2011 um lote plano, com poucas árvores e bem servido de vias de acesso podia alcançar o valor de até 50 mil reais. Pelo menos desde 2008 pode-se observar nas regiões de Concórdia, Bujaru, Tome-Açu, Acará e Moju a compra crescente de terras de agricultores familiares. Muito embora a legislação proíba a negociação de terras pertencentes às comunidades tradicionais ou à assentamentos frutos de reforma agrária, houve denúncias de aquisição destes tipos de propriedades. Isso significa que ampliação das plantações de palma de óleo em escala agroindustrial não tem se limitado nem às terras adquiridas legalmente para esse fim nem muito menos às pastagens degradadas (BACKHOUSE, 2013, p. 17).

As questões apresentadas por Backhouse (2013) sobre o processo de comercialização de terras entre as empresas de óleo de palma e agricultores familiares camponeses foi observado na comunidade de Mariquita, como podemos observar a seguir:

Agora tá pouca que eu vendi muita pra Biovale [Biopalma]. Hoje em dia tá setenta e cinco hectare, três lote. Eu vendi muito pra Biovale [Biopalma]. Eu vendi porque hoje ninguém pode ter muita porção de terra que quando o cara pensar que é dele, os invasores entram e tomam mesmo. Essa parte aqui tá titulado, tá cortado o pico por aí pelo fundo. Aqui tá eu com o filho do Sabá Nunes com outro pico, aí não tem erro. Então, eu já tinha vendido uma parte, depois eles compraram aquela tira ali que tem dendê que era meu. Eu vendi pra eles e passaram a estrada dentro, porque a plantação deles ficava por trás da minha terra, aí eu vendi uma terrinha acolá que tá com esse dendezinho aí, perto daquela vila do Panco, fui eu que vendi. Isso tem uns quatro, cinco ano. Essa terra era só mata, era um setor aí, talvez de trinta tarefa que era botado, o resto era só mata. Nesse tempo a gente metia fogo em angelim e pau d'arco pra fazer carvão, nunca ninguém imaginava que dava pelo menos dez tostões num pau daquele. Primeiramente foi uma base de vinte e nove hectare o primeiro, depois dezenove e, depois nove os fundos. Vendi em três lugares. Aqui na Mariquita só eu que vendi terra, mas aí pra trás venderam um bocado, um bocado de gente aí venderam pra Biovale [Biopalma]. O que eu vendi, a primeira foi vinte e sete mil, a outra foi dezenove. Aí com o dinheiro eu repartir um bocado com os filhos, o resto eu acabei que dinheiro pouco não vale nada. Naquela época foi porque na época que eles chegaram aqui dando vinte conto, vinte mil num lote de terra, de colono pra colono era quatro mil, quatro, três mil, não valia nada, ninguém podia comprar. Que nem hoje em dia. Se hoje em dia eu for vender essa colocação minha aqui, são três lotes de terra, colono nenhum pode comprar. Porque menos que é, é oitenta mil um lote, uma base dessa. Uma casa dessa minha que tá em cima de um lote de terra dessa, uma dessa aqui eu indo fazer é vinte e cinco mil, trinta que eu vou gastar né. Aí já tem retiro, tem tanta da coisa, forno, um caramba a quatro, com tudo isso aí (Carlos Rodrigues comunidade da Mariquita, Acará, 10 de agosto de 2016).

A partir desse relato, observamos que houve, por parte da Biopalma, a compra de terras de pequenos agricultores camponeses. Além disso, ficou evidente no depoimento que as partes da propriedade que foram vendidas ainda possuíam áreas de mata, acarretando, assim, na apropriação de terras virgens para os agrocombustíveis, e não apenas terras degradadas.

O mercado de terra orquestrado para a implantação do dendê não se desenvolveu em atos de violência física ou de conflito direto. Entretanto, foi sendo construído por meio de

uma pressão silenciosa sobre o território, pela qual os camponeses, cercados pela palma, não viam outra saída a não ser vender a propriedade.

Observamos nesse contexto que a expansão do latifúndio-agronegócio na Amazônia, no século XXI, não se expande, necessariamente, por atos violentos de arma e fogo, mas tem adquirido o monopólio da terra por outros mecanismos, por meio de uma violência oculta que tem resultado na expropriação camponesa.

A fala de Carlos Rodrigues nos desperta à interpretação de que a comercialização da terra não aconteceu de forma homogênea e por meio da expropriação total da família camponesa. O camponês chama a atenção, por exemplo, para o fato de que, diferente do acontecido em outras comunidades, na Mariquita, apenas a sua família vendeu a terra, e de forma parcial, comercializando apenas uma parte da propriedade. Sobre a venda da terra, sua esposa, Fernanda Martins, comenta que “ele vendeu porque a Biovale [Biopalma] queria passar estrada por dentro da terra dele, por dentro do que era dele. Ele achou melhor vender a terra do que ficar cortada, porque eles passavam, mas não indenizavam. Aí ele vendeu um pedaço.”

Semelhante ao que aconteceu com a família de Carlos Rodrigues e Fernanda Martins, é relatado por Antônia Cordeiro da Comunidade Conceição do Guajará, em Bujaru.

Até que eu dei uma ajuda pra eles [Biopalma], que o gerente veio aqui, falou comigo que queria passar uma estrada direto né. Aí nós demos, nós não demos pra toda vida né, pra eles travessar, fazer um travessão no nosso terreno que tá separado. Nós fazemo pra facilitar mais pra eles, porque tudo pra cá era nosso, nos fundos desse terreno aqui é outro que não venderam também, que já pertence pra mariquita. Mas ajuda deles nós não tivemos (Antônia Cordeiro, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 16 de maio de 2016).

Esse depoimento demonstra que a resistência das famílias camponesas em não venderem a terra dificulta a ação dos empreendimentos do dendê, que buscam outros mecanismos para fazer uso capitalista do território camponês. Em campo, observamos que ao passo que a Biopalma solicita a abertura da estrada por dentro da propriedade camponesa da família de Antônia Cordeiro, para o escoamento da produção do dendê; a mesma empresa tenta plantar a palma na vicinal de acesso ao núcleo extenso da família de Maria Braga, na mesma comunidade de Conceição do Guajará.

O meu foi o ramal aqui, quando eles vieram plantar, fazer esse plantio que, eles queriam colocar o plantio no meio do ramal, Aí fui lá, falei com o rapaz que tava plantando, aí disseram: mas nós deram ordem de plantar, eu disse: meu amigo, eu não tô querendo o plantio no meio do caminho, do ramal, porque eu tô entendendo que é de vocês esse pedaço aqui, essa parcela aqui é de vocês, mas aí eu quero o ramal, porque quando eu cheguei aqui em 84 já tinha esse ramal. Então eu já achei aí e a gente começou a conservar ele pra gente ter saída, porque senão não tem como a

gente sair daqui. Aí o fiscal veio, falou comigo bacana e disse: que a gente não vai plantar não dona. Eu disse: é, esse ramal tá mais de 100 anos aqui, quando eu era criança eu já ouvia falar desse ramal da Conceição do Guajará, esse ramal aí. Meus tios falaram que tiravam madeira aí dentro. Buscavam pouco, mas tiravam pra vender, nesse tempo tinha extração de madeira né. Então já era um ramal batido, de aterro. Então não tinha porque vocês brocarem esse ramal. Então eles deixaram. Foi a única dificuldade que eu achei, eu falei: eu quero o ramal e eles recuaram. De lá pra cá, nós nos entendemos bem, eles nos serviço deles e eu no meu né (Maria Braga, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 13 de maio de 2016).

O depoimento de Maria Braga sinaliza para uma resistência da família dessa camponesa à atividade do dendê, havendo uma movimentação da família da entrevistada para assegurar a vicinal, que serve de mobilidade entre a unidade doméstica e o exterior à comunidade. No processo de comercialização da terra por outras famílias, no momento de implantação do Polo Concórdia, da Biopalma, o ramal ficou dentro da propriedade da empresa, que queria transformá-lo em campos da oleaginosa.

A fala da entrevistada nos mostra a pressão que as famílias cercadas pelo dendê sofrem com o avanço da oleaginosa sobre a unidade camponesa, que presos pela palma acabam vendendo a terra. Por outro lado, observamos uma resistência que se dá, primeiramente, pela negação em comercializar a terra; segundo, pelas estratégias de enfrentamento ao cerco e à pressão exercida pela empresa, e, por último, pelas relações cotidianas que são orquestradas para a conquista da reprodução social da família, que pode ser alicerçada por uma mobilização a partir de atos locais e comunitários, realizados por fora dos movimentos sociais organizados.

Destaca-se no processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças locais um conjunto de características e manifestações relacionadas à economia, cultura, costumes, política, relações de parentesco e vizinhança, compadrio, relações familiares e de gênero, socialização das crianças, etc. [...] resistência à dominação e subordinação na base local/territorial camponesa como manifestações comunitárias e coletivas, autonomia e controle no processo produtivo, produção de resistência, relações hierarquizadas e de vizinhança (FABRINI, 2006, p. 78).

As relações que giram em torno da vida em comunidade edificam um território em resistência camponesa frente à expansão capitalista de produção. Nesse caminho, alguns vendem a terra e migram, outros continuam a re-insistir em viver no campo. Aos que resistem, esses criam e recriam mecanismos e estratégias por meio de laços de solidariedade, do trato com a roça, da diversidade agrícola, das festas de santo, das relações de vizinhança, da ajuda mútua, de mutirões e ações comunitárias que reforçam os laços de vida no campo.

Assim, delineamos a existência de um campesinato que resiste ao desenvolvimento da agricultura capitalista do dendê, e que, mesmo cercado pela oleaginosa, defende o

direito territorial da terra e dos bens comuns, como foi o caso do ramal que dá acesso à unidade doméstica da família de Maria Braga.

Esse movimento de resistência é delineado após do avanço da agricultura capitalista, que tenta impor sua presença e seu modelo de produção. Essa realidade agrária, dentro das relações geradas por uma colonialidade do poder (QUIJANO, 2005, constrói mecanismos de espoliação atrelados à negação do valor social da terra. O cercamento das propriedades camponesas pode quebrar o vínculo de vizinhança que faz parte do modo de vida camponês, e é reproduzido por uma convivialidade baseada nas relações de ajuda mútua, mutirões, divisão da caça, empréstimos, entre outras ações que dão significado à terra de morada e de trabalho.

A anulação dos laços de vizinhança desfaz uma convivência comunitária que passa a ser deteriorada por meio do estranhamento dos camponeses em relação ao agronegócio, visto que eles não reconhecem nessa forma produtiva o seu ritmo de vida. A pressão para a venda da terra está fincada na coação psicológica, pela qual, ao se ver solitário no meio do latifúndio do agronegócio, o morador não vê outra possibilidade senão a migração.

Contudo, essa migração nem sempre vai em direção à cidade, mas se realiza como possibilidade de reconstrução da vida camponesa e de encontro com novas relações de vizinhança. Assim, a família camponesa pode vender a sua terra, mas, concomitantemente, ela se reterritorializa, conformando um novo território, compondo assim o processo da campesinização que Martins (1980) considera como uma traição ao capital.

Eu morava lá pra dentro, vendi o terreno lá e comprei esse aqui. Lá eu vendi pro pessoal da Biovale [Biopalma], porque foi até um favor que eles me fizeram né. Porque eles compraram a terra tudinho que tinha ao redor, aí eles foram lá pra eu vender minha área lá, só um lote. Aí eu não queria vender ainda, porque a gente tando num lugar, espera ficar bom né, mas aí não teve, podia ter coisa melhor pra frente, aí enceraram o papo. Compraram tudinho, aí eu disse, agora fiquei ilhado, porque como vou trabalhar no meio desse dendezal aqui, tem que queimar roça, tem que fazer outras coisas da lavoura. Por sorte, deu na cabeça deles e quiseram comprar de novo, aí eu disse, agora eu vou vender pra eles, aí compraram. Mesmo assim, eles me ajudou ainda, eu disse vocês pode me ajudar, assim, eles disse pode. Se o senhor encontrar lugar bom aí, nós podemos fazer uma troca. Aí esse terreno aqui o dono já tava querendo vender uns dois anos atrás, aí como eu tava vendendo lá, eu comprei aqui. Antes eu falei pra ele, olha o negócio que eu ia fazer você pode liberar pra outro que pra mim não vai dar. Aí ele falou, na verdade a hora que o senhor quiser estamo a disposição. Aí passou os dois anos, aí prejuízo meu lá, aí vim bater com ele sabe, que era dono do terreno. Aí ele disse taí o terreno, tá te esperando. Só que aí nós tinha que igualar o preço sabe, ainda não tinha fechado negócio mesmo. Aí eu fui, vendi lá e mudei pra cá. Eu tô aqui mesmo em Bujaru, Concórdia, uma base de 59 anos. Eu acho que ganhei nessa troca, porque a Biovale [Biopalma] comprou só a terra, eu pude tirar tudo que tinha dentro. E assim, nós fizemos e trazemos as coisa de lá porque aqui ainda não tinha nada (Jonas Gomes, comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 20 de agosto de 2017).

A trajetória da família de Jonas Gomes assemelha-se à trajetória social vivida pela família de Otavio Borges, vista, anteriormente, dentro da comunidade de Castanhalzinho. Ambas famílias, cercadas pelo dendê, viram na migração a possibilidade de reconstrução da unidade doméstica em outro lugar. Contudo, diferente do exemplo anterior, a família de Jonas Gomes foi expropriada da terra e, após o cercamento realizado pela palma, não teve outra alternativa a não ser vender a propriedade, territorializando-se novamente na comunidade de Nova Esperança.

Observamos, assim, que a história do campesinato encontrada nos interstícios do agronegócio do dendê, na região em estudo, repete o exemplo do campesinato amazônico e brasileiro, caracterizado pelo processo migratório, tal qual aponta Hébette (2004) e Marques (2016). Nesse caso, a migração também pode ser entendida como uma forma de resistência, na qual a família camponesa consegue reorganizar os mecanismos de sua reprodução social alicerçada na vida no/do campo.

A partir da trajetória social dessas famílias, podemos compreender que a expansão do agronegócio do dendê, ao passo que expropria e desterritorializa a família camponesa, gera também mecanismos de resistência que possibilitam ao campesinato a reconstrução do seu território, realizando processos contínuos de campesinização, ressignificando seu modo de vida a cada nova territorialização na terra.

Entendemos, assim, que a expropriação via acumulação por espoliação não leva à terminalidade do campesinato, mas possibilita sua recriação e a ressignificação de seu território pelos interstícios do capital, contrariando a tese da homogeneização do capitalismo pela persistência camponesa em manter a unidade doméstica em movimento.

Eu não morava aqui, eu morava pra lá pra dentro uns 10 quilômetros. Eu morava pra lá, quando cheguei aqui não tinha essa estrada ainda, entrava lá pela conceição. Aí depois de uns anos começou a abertura da estrada. Eu mudei pra cá tenho uns 16 anos aqui e lá eu vendi pra empresa, a Biopalma. Na verdade, eu vendi uma parte pro Marcelo, um rapaz que morava lá e o resto eu vendi pra empresa. Na época a empresa vinha comprando terra, todo mundo que quisesse vender, não obrigava ninguém, só queria a terra. Aí, encostaram lá onde a gente morava, alguns vizinhos já tinha vendido pra empresa. Aí eu comprei esse terreno aqui, foi na época que a safra da pimenta deu bom de preço e eu comprei aqui. Quando eu vim morar pra cá, eu doeí um pedaço de terra lá pro meu filho que vendeu pro Marcelo. Aí quando o Marcelo vendeu pra empresa, a gente vendeu a outra parte. Eu já tinha esse aqui, aí vendi o de lá. Eu penso, que o que é do dendê é do dendê, digo, é do empresário. A colônia é do colono, não tem nada a ver o dendê com o colono. O caso do dendê, ele vem e compra essa área aqui, os cara quando vem comprar, eles vem, olha vamo comprar a terá de fulano, olha onde é o limite, aí ele vai e acerta tudo pra gente assinar como aquele terreno é do cara, mas se eu aqui ou o vizinho lá de trás ou outro ali não assinar, eles não compra porque pode ser terra de conflito. Tem um exemplo, ali o pessoal do velho Expedito, da dona Santi, tinha um rapaz no meio dos dois que tem aquele pasto lá que você deve ter passado, no 39. Aí ele quis vender pra empresa, mas os vizinhos

inventaram um negócio de quilombola e não assinaram. A empresa até queria o negócio porque a terra lá era só pasto, porque ainda tem isso, o capoeirão era um preço, a capoeirinha era outro, a mata eles não queriam, só se fosse o terreno grande. Aí se fosse pasto era dobrado o preço. Uns terreno nesse tempo, sem nada valia 2.500 e eles compravam sem nada a 20.00 o lote. Juquira a 25 mil, com pasto a 30 mil. Eles só queriam o chão e ainda davam 2 anos pro cara sair. O cara podia retirar tudo, a empresa só queria o chão. Aí, volta a história do velho Pedro, quando o velho Pedro quis vender, o pessoal do Expedito e da Santi não assinaram o papel confinante alegando que eram quilombola. Aí eles não compraram. (Victor Fernandes, Comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 18 de agosto de 2017).

A fala de Victor Fernandes complementa as entrevistas anteriores e apresenta como se desencadeou a transferência de parte de sua propriedade para a Biopalma. Nesse caso, a venda da terra para a empresa foi feita após a família já ter comprado e estar instalada em outra propriedade, à beira da estrada.

Por este depoimento, notamos as variedades de preços que a terra adquire nesse contexto, oscilando a partir da cobertura vegetal. Observamos que não há interesse da empresa em comprar pequenas propriedades com mata densa, daí a procura persistente por terras já desmatadas, principalmente as formadas por pastos e áreas com vegetação em recuperação do processo itinerante de roça ou pasto.

A pressão sobre os territórios campesinos fez com que emergisse um movimento de resistência que freou o avanço da oleaginosa. A negação em assinar os acordos de confinamento, a partir do acionamento da territorialidade quilombolas, emergiu como uma barreira à expansão do dendê, principalmente pela relação de compra e venda que se dá justamente pela coação silenciosa que é materializada pelo confinamento das propriedades.

Observamos que as resistências edificadas pelas comunidades pesquisadas são resultado da separação entre o que é da empresa e o que é próprio ao modo de vida camponês, essa questão pode ser percebida, indiretamente, no início da fala de Victor Fernandes. E essa separação pode ser comprovada pelo não reconhecimento da agricultura do dendê como parte da vida desses sujeitos sociais, que articulam suas vidas por meio do sistema itinerante de roças consociadas entre a mandioca e outras culturas agrícolas. Contudo, há famílias que têm integrado-se à cadeia produtiva da oleaginosa, conformando a sujeição do território camponês às empresas produtoras do óleo de palma.

Mecanismos de resistências vão emergindo nas comunidades por meio justamente das relações reproduzidas na convivialidade desses camponeses, pelas relações de sociabilidade e reciprocidade que vão formando uma rede de articulação por meio das informações compartilhadas entre a vizinhança.

A resistência em não vender a terra ou mesmo em não assinar os acordos de confinamento materializam-se como barreiras contra o avanço do dendê.

Aqui teve venda de terra, não vou dizer que não teve porque teve, mas não eram agricultor, eram pessoas que trabalham com pimenta do reino. Tinha o seu Jaime que tinha uma grande área de terra né, vendeu. Aí mais outro lá na frente que era uma fazenda também vendeu. Então quem vendeu foi quem era fazendeiro, quem era grande proprietário de terras pra trabalhar com pimenta do reino né. Eles venderam. Mas o agricultor familiar, nenhum venderam. Agora, houve interesse da empresa em comprar terra aqui, mas nessa época eu tava presidente do sindicato junto com o movimento quilombola lá do Cravo. Apesar de separado, não junto, nós trabalhamos a conscientização pra não venderem a terra, que na verdade o projeto era pra terras de fazendas improdutivas, terras já degradadas né e não pra nossa terra. Então a gente convenceu as pessoas não venderem e não entrarem no projeto de agricultura familiar que a Biopalma oferecia, aí nenhum de nós aqui, os agricultores aqui da comunidade não têm dendê (Jurema Pereira, Comunidade de Nova Esperança, Concórdia do Pará, 14 de agosto de 2017).

Além de um movimento de resistência pautado no cotidiano camponês, Jurema Pereira nos mostra outro movimento organizado que desencadeou na conscientização contra a venda da terra. O sindicato dos trabalhadores rurais e as associações quilombolas trabalharam juntos nesse processo, contribuindo, também, para criar nesses territórios uma r-existência via organização.

A resistência em permanecer no campo é o que aproxima os camponeses dessas comunidades em direção à criação de estratégias que os possibilitem à existência física e à resistência simbólica de fazer do espaço agrário não apenas o local de agricultura, mas também de morada, de vida, para agricultores e extrativistas.

Mesmo com dificuldades e pressionados pela produção do dendê, os camponeses das comunidades pesquisadas têm arquitetado estratégias para manter a unidade doméstica em funcionamento, enfrentando as pressões sobre o seu território por meio da solidariedade entre a família extensa e a comunidade.

Compreende-se, desse modo que, ao passo que o dendê avança no espaço agrário do nordeste paraense, reproduzindo o efeito da acumulação via expropriação da população camponesa, ele também reproduz e reforça territórios em resistências a essa monocultura, estimulando o processo da campesinização nos interstícios do capital.

Considerações finais

Durante a pesquisa, observamos que algumas famílias mantêm seus locais de morada apesar de os canteiros da oleaginosa da Biopalma estarem próximos, convivendo cotidianamente com uma agricultura estranha ao seu modo de vida e trabalho.

Observamos em campo que mesmo com essa pressão sobre seus territórios, os camponeses continuam a investir na propriedade, na manutenção da casa de morada e nas lavouras agrícolas. Contudo, é possível ver o contraste entre as propriedades, caracterizado pelas diferenças que as culturas agrícolas reproduzem na paisagem: de um lado, a

homogeneidade da palma, e de outro, a diversidade que constitui o sítio camponês. Essa diferença constrói-se também em função do valor social que a terra adquire nos dois contextos, entre terra de trabalho e terra de negócio (MARTINS, 1980).

O depoimento a seguir esclarece o motivo das famílias continuarem a viver no campo, mesmo cercadas pelo dendê:

Ela [a Biopalma] já veio aqui uma 5 vezes, mas a gente não quis vender. Porque é assim, a gente tem um bocado de filho né. No meu caso eu, filho e neto. Tão tudo aqui comigo. Ai eu vou vender meu terreno pra comprar uma casa lá em Belém, pra botar eles lá pra fazer o quê né. Bora ficar aqui mesmo batalhando com a vida. Aqui todos trabalham na roça com a gente (Paulo Costa, comunidade Mariquita, Acará, 04 de setembro de 2016).

O desejo em continuar no campo conduz esses camponeses à resistência, à expropriação e à exploração engendradas pela palma de óleo no nordeste paraense. O intuito de Paulo Costa continuar morando na comunidade da Mariquita se dá em razão de o meio de sobrevivência da família ser conquistado pelo trabalho na terra, sendo, portanto, a permanência na terra o horizonte da família que “batalhando com a vida” almeja conseguir os objetivos para a reprodução social do núcleo doméstico.

Há que se considerar outros elementos que permeiam entender a presença e persistência dos camponeses na sociedade contemporânea, principalmente aqueles ligados à cultura, que possibilitaram responder à indagação inicial – como e por que trabalhadores, que possuem em comum a vivência da expropriação/ (des)territorialização, quer como camponeses ou filhos, a migração para diversas regiões do país, a proletarização e a reprodução social da cidade, ainda alimentam o desejo de voltar à terra, para retomar ou vivenciar atitudes e valores de um estilo de vida baseado no universo camponês (SIMONETTI, 1999, p. 56).

As considerações de Simonetti (1999) nos conduzem a uma reflexão importante para pensarmos o processo de campesinização defendido nesse trabalho, para o qual a presença camponesa no campo é o resultado da persistência e estratégia dessa população em manter seu modo de vida, contraditoriamente as relações de dominação capitalistas.

A campesinização aqui entendida desponta tanto na relação de concomitância entre desterritorialização e reterritorialização – quando a família camponesa migra para outra comunidade com perspectiva de manter os meios de produção e continuar a viver no campo – quanto na resignificação do território por intermédio da territorialização contínua, por meio das ações simbólicas-culturais e materiais que culminam na resistência dos territórios campesinos.

Desse modo, compreendemos a partir dessa pesquisa, a existência de um campo no nordeste paraense com camponeses que, apesar da expansão do latifúndio-agronegócio do dendê por essa região, tem se edificado em ações e movimentos de resistência que

permitem a campesinização frente a mais esse tipo de agricultura capitalista no agrário amazônico.

Referências

BACKHOUSE, M. A **despropriação sustentável da Amazônia**. O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontologia política de los “derechos al territorio”. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez, 2015.

FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul** (UFSC), Florianópolis/SC, v. 21, n.42, p. 63-92, 2006

FERNANDES, B. M. et al. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. **Espaço Aberto**, v. 1, p. 14-37, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 8ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HÉBETTE, J; MARIN, R. A. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. I, p. 107-152.

HÉBETTE, J. Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia. HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. I, p. 331-354.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. In: MACEDO, C. O. et. al (Orgs). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açai, 2016.

MARQUES, M. I. M. A atualização do uso do conceito de camponês. In.: STEDILE, J. P. (ORG.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2016. p. 35-53.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendêicultura e descampesinização na Amazônia paraense. In: NAHUM, J. S. (Org.). **Dendêicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

OLIVEIRA, B. A. C. **Tempo de travessia. tempo de recriação: os camponeses na caminhada**. Estudos Avançados, IEA/USP- São Paulo, v. 15, n.Set/Dez, p. 255-265, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS FILHO, E. S. Ação do Estado na inserção do agrodiesel em Sergipe: resistência e subordinação no Assentamento Jacaré-Curitiba. **Geonordeste** (UFS), v. 1, p. 1-34, 2013.

SILVA, E. P. et. Al. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **Campo - Território**, v. 11, 2016, p. 165-195.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo-SP, 1999. (Tese de doutorado)

TAUSSIG, M. T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. Tradução Priscila Santos da Costa – São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

Sobre o autor

Rafael Benevides de Sousa – Graduação em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Xinguara, Pará Brasil. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6084-2486>

Como citar este artigo

SOUSA, Rafael Benevides de. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

Recebido para publicação em 01 de outubro de 2018.
Aceito para a publicação em 17 de abril de 2019.
